



POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL: UMA CONSTRUÇÃO DE LEGALIDADE LEGISLATIVA

Marileide Carvalho de Souza¹
Fernando Afonso Nunes Filho²
Luiz Sinésio Silva Neto³
Sandra Franklin Rocha Viana Spies⁴
Eliana Zellmer Poerschke Farencena⁵
Neila Barbosa Osório⁶

RESUMO

As políticas públicas municipais intergeracionais, conjunto de ações/estratégias que buscam promover a convivência e a colaboração entre diferentes gerações, visando desenvolvimento social, econômico e cultural de um povo, tem como missão promover a convivência, a colaboração e o aprendizado entre as diferentes gerações, garantindo uma abordagem integrada e sustentável dos desafios relacionados ao envelhecimento e às relações implícitas. O estudo ora apresentado, objetivou a partir de antecedentes, justificativas/diretrizes/princípios, elaborar eixos práticos para construção de Projetos de Lei na perspectiva de delinear um caminho eficaz para o desenvolvimento de políticas direcionadas ao efetivo atendimento às pessoas, independente da faixa etária. Foi utilizado o método fenomenológico com levantamento de dados, revisão bibliográfica acerca da trajetória do envelhecimento populacional, conflitos entre gerações, valorização da diversidade etária, desenvolvimento econômico e fortalecimentos dos laços familiares. Com embasamento teórico nos autores Alex Kalache, que aborda a importância das políticas intergeracionais para a promoção da qualidade de vida das pessoas em todas as fases da vida; Ursula Lehr, que destaca a importância da convivência entre as diferentes gerações para a prevenção do isolamento social e a promoção da saúde mental e física; Alan Walker, com a contribuição das políticas intergeracionais para a promoção da justiça social e a redução das desigualdades entre as diferentes gerações; e, Miriam Kornblith, que delineia importância das políticas intergeracionais para a construção de uma sociedade mais democrática e participativa. Aponta-se nesse estudo, caminhos para capacitação, sugestão de legalidade, adequando realidades, ultrapassando as fronteiras dos estados e municípios de atuação da Universidade da Maturidade – UMA. O documento aqui, instrui e delineia caminhos legais e de estruturação prática que explicitam a importância de uma política pública municipal intergeracional na promoção da convivência, do diálogo e do aprendizado entre as diferentes gerações, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária.

PALAVRAS CHAVE: Política Pública Intergeracional; Projetos de Lei; Gerações.

¹ Mestranda em educação da Universidade Federal do Tocantins – UFT, carvalho.marileide@uft.edu.br;

² Doutor em educação da Universidade Federal do Tocantins – UFT, fanfilho@hotmail.com;

³ Pós-Doutor Ciência e Tecnologia em Saúde da Universidade Federal do Tocantins – UFT, luizneto@uft.edu.br;

⁴ Mestre em Ciência Ambiental pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, sandrafranklin2008@gmail.com;

⁵ Doutoranda em educação da Universidade Federal do Tocantins – UFT, elianafarencena@unirg.edu.br;

⁶ Professora orientadora, pós-Doutora em Educação pela UEPA/PA da Universidade Federal do Tocantins – UFT, neilaosorio@uft.edu.br